

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: O EVOLUCIONISMO DE ROSTOW E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE THEOTÔNIO DOS SANTOS

CAPITALIST DEVELOPMENT: THE EVOLUTIONARY ROSTOW AND DEPENDENCY THEORY OF THEOTÔNIO DOS SANTOS

Rafael de Almeida Silva¹

Recebido em: 17/05/2011

Aprovado em: 24/08/2011

RESUMO

A investigação traz uma análise do desenvolvimento capitalista a partir de duas concepções distintas: na primeira seção, o evolucionismo do economista norte-americano Walt Whitman Rostow, que compreende o desenvolvimento como um processo evolutivo; na segunda, a análise do economista brasileiro Theotônio dos Santos, que apresenta uma discussão do tema através da concepção de desenvolvimento como algo estrutural, uma estrutura que reproduz a condição de cada economia no sistema. A conclusão confronta essas duas ideias, mostrando de que modo essas teorias se opõem, demarcando dois paradigmas no que se refere à discussão de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Teoria da dependência. Evolucionismo.

ABSTRACT

The research behind an analysis of capitalist development from two different concepts: the first section, the evolution of American economist Walt Whitman Rostow, who understands development as an evolutionary process; in the second section, the analysis of the Brazilian economist Theotônio dos Santos, who presents a discussion of the issue through the concept of development as something structural, a structure that reproduces the condition of each economy in the system. The conclusion confronts these two ideas, showing how these theories are opposed, pointing out two paradigms regarding the discussion of development.

Keywords: Development. Dependency theory. Evolution.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, mestrando do programa Ciências Sociais: Cultura, Desenvolvimento e Desigualdades da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Bolsista financiado pela CAPES. E-mail: ironforis@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A investigação busca tratar do tema desenvolvimento a partir de duas óticas distintas, o evolucionismo de Walt Whitman Rostow e a teoria da dependência de Theotônio dos Santos. Ambos os teóricos estão configurados em um momento histórico de insurgência de uma nova discussão na ciência econômica em meados dos anos 50, a economia do desenvolvimento, que trouxe, a princípio, duas correntes distintas, o estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o pensamento anglo-saxão.

Essa discussão surge em um período pós Segunda Guerra, de expansão latente da nova hegemonia econômica (norte-americana) e, com isso, da demarcação, cada vez maior, das disparidades econômicas entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na América Latina, as Políticas de Substituição de Importações (PSI), adotadas pelas nações subdesenvolvidas, estimularam estudos dos teóricos da CEPAL a respeito da eficácia dessas políticas no sentido de romper com o processo de subdesenvolvimento, contribuindo também para o desenvolvimento dessa nova discussão. Para Celso Furtado (1979 apud SANTOS, 2000), essa política atingiu sua exaustão em 1966, quando o prolongamento da proteção estimulava uma mentalidade de economia fechada, o aparelho industrial mantinha-se ineficiente, e os mercados domésticos, pequenos.

A escolha da literatura parte, primeiramente, da oposição entre as obras, oriundas de contextos distintos e com perspectivas bastante diversas. Além dessa oposição teórica, são obras que têm caráter central em seus contextos. *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista* (1978), de Rostow, é clássica no pensamento ortodoxo do desenvolvimento econômico, enquanto a obra *Teoria da dependência: balanços e perspectivas* (2000), de

Theotônio dos Santos, traz uma análise panorâmica da teoria da dependência, mostrando suas influências, perspectivas e vertentes, discutindo não somente a visão do autor, mas também o que se havia debatido nesse paradigma até aquele momento.

2 O DESENVOLVIMENTO SEGUNDO A TEORIA EVOLUCIONISTA DE WALT WHITMAN ROSTOW

Nascido em 1916, Walt Whitman Rostow foi um economista norte-americano, tendo exercido também as funções de educador e funcionário do governo. Tornou-se PhD em Economia pela Universidade de Yale, em 1940, e, após a titulação, lecionou, por um ano, como instrutor em Economia, na Universidade de Columbia. Durante a Segunda Guerra Mundial, desempenhou uma função nos serviços estratégicos do governo em Londres, mas também prestava serviço ao governo americano, no qual uma de suas principais responsabilidades era recomendar alvos inimigos para a força aérea dos Estados Unidos (EUA). Por seu trabalho adicional com o Ministério do Ar britânico, em 1945, foi condecorado com a Legião de Mérito e feito membro honorário da Ordem do Império Britânico.

Durante os anos em que foi professor de História Econômica no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, escreveu várias obras, algumas das quais: *O processo de crescimento econômico* (1953) e *O crescimento e flutuação da economia britânica, 1790-1850* (1953). A obra *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista* (1960) fez parte de uma corrente de estudos remanescente na época, a economia do desenvolvimento, composta, basicamente, pelo pensamento anglo-saxão e da CEPAL latino-americana. Dentre os trabalhos baseados no primeiro, destacam-se os de Rosenstein-Rodan (1969) e Ragnar Nurkse (1957), influenciados, fundamental-

mente, pelo conceito de “crescimento equilibrado”, o qual Rostow seguiu na mesma linha. Uma crítica a essa noção é fornecida por Gunnar Myrdal (1965), um teórico que se aproximava do estruturalismo latino-americano.

As ideias de Nurkse apresentavam uma distinção decisiva em relação às de Rostow: o crescimento equilibrado apresentava-se sob duas formas distintas. Para o teórico, o problema na formação de capital peculiar aos países subdesenvolvidos levaria a um movimento circular, mantendo essas economias no estado de “equilíbrio de subdesenvolvimento”, o qual, após o rompimento desse círculo vicioso, induziria a economia a um estado de crescimento equilibrado. Rostow propôs algo bastante diferente: a ideia de que existem etapas a serem perseguidas pelas economias para alcançar o desenvolvimento.

O evolucionismo antropológico tem fortes influências na teoria econômica. A análise do desenvolvimento econômico é realizada pelas teorias mais ortodoxas, de forma que existem etapas e condições para se chegar ao estágio de desenvolvimento.

Nesse sentido, esta seção faz uma análise da obra *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista* (1978), de Rostow, na qual o autor entende o desenvolvimento das nações construído no decorrer de quatro etapas, que seriam: as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

Antes de analisar o arranco, Rostow descreve a época que antecede a primeira dessas fases, a sociedade tradicional. Seria a sociedade na qual a estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas. Essa sociedade não era estática, poderiam ocorrer variações nos modos de produção e na tecnologia, a condição básica era a existência de um teto no nível al-

cançável do volume de produção, ou seja, o paradigma tecnológico dessa sociedade não permitia grandes expansões na produção. Era uma sociedade inerentemente agrária e hierarquizada, a mobilidade social vertical era rara, havia uma estrutura social rígida. Como exemplos, tem-se as dinastias da China, a civilização do Oriente Médio e a Europa Medieval (ROSTOW, 1978).

A fase de condições para o arranco seria aquela na qual começariam a existir as condições sociais para que a sociedade saísse do estado tradicional para o desenvolvimento econômico. Essas condições apareceram de forma bastante acentuada a partir do fim do século XVII na Europa, quando a ciência moderna se converte em novas funções de produção, tanto na indústria quanto na agricultura, e o mercado mundial se dinamiza, pela expansão paralela dos mercados e pela concorrência internacional. A nação pioneira no processo de apresentar essas condições foi a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, possibilidades comerciais e estrutura social e política (ROSTOW, 1978).

O desencadeamento do processo para o arranco não necessariamente seria alavancado por impulsos endógenos. Algumas nações alcançaram tal processo sendo contagiadas por outras sociedades mais adiantadas, implantando, nessas sociedades, ideias e sentimentos que ajudaram a desmoronar os valores da antiga sociedade. O processo de arranco também foi diferente com as nações recém “descobertas”, como Estados Unidos e Austrália, que não tinham a cultura tradicional tão enraizada, facilitando o processo de transição.

Em relação à natureza dessa transição, Rostow (1978) aponta como condições básicas alguns fatores, como a expansão comercial para além das fronteiras, a redução da taxa de natalidade e, principalmente, a transferência da renda das “ociosas mãos” dos detentores de posses de terras para os empreendedores, ou seja, para investidores,

que fazem a roda da economia girar. Isso nada mais é do que o surgimento de uma classe e uma cultura burguesa, e, nesse sentido, o autor aponta como fator contribuinte para o processo também o surgimento da ética protestante. Segundo Rostow (1978, p. 33), “Os homens devem passar a ser estimados na sociedade não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas.”

A diferença crucial da sociedade tradicional para a moderna é, simplesmente, saber se a taxa de investimento é baixa em relação ao incremento demográfico, o que seria, por exemplo, 5% da renda nacional, com uma razão capital-produto de, aproximadamente, 3; uma taxa de 10% ultrapassará qualquer incremento populacional, tendo um aumento regular da produção per capita. Seria necessária também a existência de um fluxo de crédito para o setor produtivo (ROSTOW, 1978).

Referente à função do setor agrícola nesse processo de transição, ela precisa ter um incremento produtivo para que seus excedentes sirvam de financiadores da modernização e, além disso, para que alimente a população em rápido crescimento (ROSTOW, 1978).

Em relação aos investimentos em capital fixo, o estado teria um papel central nesse aspecto, pois se trata de investimentos volumosos e de retorno de médio/longo prazo. Nesse sentido, o estado atuaria como agente que iria alavancar esse processo (construções de estrada de ferro são exemplos):

O capital social fixo não pode ser formado – em algumas de suas formas mais essenciais – por meio de um fluxo crescente de lucros reinvestidos provindos de uma base inicialmente diminuta. Não é possível dar-se uma boa arrancada sem que se possam antes mobilizar somas de capital inicial assaz consideráveis. (ROSTOW, 1978, p. 40).

Em relação aos fatores não-econômicos, a estrutura de valores da sociedade tradicional precisa ser rompida em prol de um novo conjunto de valores que possam “abrir as comportas” para o “instinto” do agente investidor, que busca a expansão de seu capital, visando lucros através do setor real ou do setor financeiro. Para isso, esse comportamento precisaria ser eticamente aceito pela sociedade, e, nesse sentido, é imprescindível ressaltar o papel da eminente ética protestante.

Nesse período de fermentação das condições propulsoras, o sentimento nacionalista é importante, é necessária a nação se fortalecer, firmando-se frente ao mercado internacional. Na Europa Ocidental, esse sentimento se fundou em torno de um ressentimento acumulado contra o domínio colonial.

O arranco é a fase em que as condições já se encontram engendradas na sociedade e o nível de investimento privado eleva-se vertiginosamente, gerando lucros, que serão reinvestidos na produção.

Como se indica no capítulo IV, pode-se atribuir aproximadamente o arranco da Grã-Bretanha às duas décadas após 1783; da França e dos Estados Unidos, a várias décadas precedendo 1860; da Alemanha, ao terceiro quartel do século XIX; da Rússia e do Canadá, ao iniciado em 1950, a Índia e a China, de manejar assaz diferentes, lançaram-se aos seus respectivos arrancos. (ROSTOW, 1978, p. 21).

A forma de estímulo para o arranco varia bastante, podendo revestir-se na forma de uma revolução política que afete diretamente o equilíbrio do poder e dos valores, o caráter das instituições econômicas etc. ou podendo originar-se de inovações tecnológicas. O que importa, nessa discussão, não é o que estimulou o arranco, mas sim as condições essenciais para que o mesmo pudesse se efetivar (ROSTOW, 1978).

Para nossos objetivos no momento, o arranco é definido como exigindo ao mesmo tempo as seguintes três condições inter-relacionadas:

- 1 – Um aumento da taxa de investimentos produtivos, digamos de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional (o produto nacional líquido – PNL);
- 2 – O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos, com elevado índice de crescimento;
- 3 – A existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento um caráter constante.

A terceira condição subentende uma capacidade considerável de mobilizar capital oriundo de fontes internas. Alguns arrancos já ocorreram sem haver praticamente importação de capitais, como, por exemplo, o uso da Grã-Bretanha e do Japão. Outros apresentaram grande componente de capital estrangeiro, como, por exemplo, os dos Estados Unidos, Rússia e Canadá. (ROSTOW, 1978, p. 55-56).

Outra pré-condição observada para o arranco é a liderança inicial de alguns setores, servindo como uma espécie de alavanca para o desenvolvimento da economia. A fase da marcha para a maturidade, por sua vez, são os produtos do arranco, quando a economia já se encontra consolidada frente ao mercado internacional, a tecnologia em fase de expansão e diversificação e cerca de 10 a 20% da renda nacional são investidos continuamente, permitindo à produção ultrapassar regularmente o incremento demográfico.

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo

de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1978, p. 22-23).

Trata-se do período em que também se lançam as bases para o tipo de pressões políticas e sociais, em função de melhor distribuição de renda e pelo estado de bem estar social. Historicamente, cerca de 60 anos seriam necessários, para uma sociedade, do início do arranco até a maturidade (ROSTOW, 1978).

A fase da era do consumo em massa é o clímax do processo de desenvolvimento, na qual os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços. Basicamente, dois processos ocorrem após o período de maturação: a renda real por pessoa eleva-se a um nível em que um maior número de pessoas consegue ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário, e a estrutura da força do trabalho modifica-se, aumentando a produção da população urbana. É uma sociedade que marcha em direção ao estado de bem-estar, ou seja, para além da maturidade técnica. Os recursos tendem a se direcionar para a produção de bens de consumo, e o intervencionismo estatal é muito mais presente, redistribuindo a renda por meio de impostos progressivos que o processo de livre mercado foi incapaz de efetivar. Como exemplo, tem-se o aumento das cotas atribuídas à assistência social efetuada pelos Estados Unidos no período pós-depressão.

Esse seria o pleno desenvolvimento capitalista, no qual o estado de bem-estar alcançaria um nível em que não haveria exclusão social.

3 DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE THEOTÔNIO DOS SANTOS

O economista brasileiro Theotônio dos Santos Júnior foi um dos formuladores da teoria da dependência e um dos principais expoentes da teoria do sistema-mundo. O teórico teve uma formação ampla: bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Economia também pela UFMG. Em sua análise do desenvolvimento, buscou superar outras correntes anteriores, como o nacional desenvolvimentismo da CEPAL, o isebianismo (ISEB) e o marxismo, propondo um paradigma próprio, a teoria marxista da dependência, que elaborou juntamente com outros nomes, como Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank.

A teoria da dependência nasceu da concepção de que o subdesenvolvimento não é um estado, mas sim uma condição. Parte do raciocínio de que o processo de desenvolvimento de uma nação não pode ser compreendido de forma destacada de seu contexto, pois é um processo global, no qual cada país exerce um papel e está inserido sob determinada condição. Portanto, desenvolvimento capitalista não se trata de um caminho a ser percorrido, mas sim de uma posição na estrutura econômica mundial. Ao desenvolver a ideia de condição dentro de uma estrutura, os autores da teoria da dependência abandonam a concepção etapista, que compreende o desenvolvimento capitalista como um caminho a ser percorrido.

Essa análise etapista ou evolucionista esteve no auge na década de 50, principalmente através da publicação da obra *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista* (1978), de Rostow. Essa perspectiva perdeu sua relevância a partir da década de 60, em razão da incapacidade

do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que, em grande parte, iniciaram seu processo de independência depois da Segunda Grande Guerra. Mesmo economias que apresentavam taxas de crescimento elevadas, como as latino-americanas, estavam limitadas pela profundidade de sua dependência econômica e política à economia internacional (SANTOS, 2000).

De maneira sintética, os principais pontos defendidos pelos teóricos da teoria são os seguintes:

- i) O subdesenvolvimento está ligado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). (SANTOS, 2000, p. 27).

A teoria da dependência se divide em algumas vertentes, discriminadas por Blomstrom e Hettne, importantes estudiosos da teoria, da seguinte forma: a) a crítica estruturalista dos cientistas ligados à CEPAL que discutem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, grupo do qual fazem parte Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch; b) a perspectiva neomarxista, que se baseia, fundamentalmente, nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra; e c) uma corrente marxista mais ortodoxa, representada por Cardoso e Faletto, pela aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade de se alcançar o desenvolvimento através do socialismo (SANTOS, 2000).

A teoria da dependência é uma síntese desses e de outros teóricos, com divergências entre si, mas compartilhando um mesmo princípio, a ideia de condição das nações subdesenvolvidas dentro da estrutura econômica.

Uma das primeiras críticas feitas por esses teóricos foi a concepção de que a América Latina apresentava caracteres de uma economia feudal. Para André Gunder Frank (apud SANTOS, 2000), a América Latina não pode, de forma alguma, ser identificada como uma economia feudal. Foi uma economia mercantil, voltada para o comércio mundial, e as relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em processo de acumulação.

A teoria do sistema-mundo (de teóricos como André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein) teve forte influência na teoria da dependência, buscando analisar a formação do sistema capitalista como um modo de produção de relações econômico-sociais, políticas e culturais que evoluiu através de uma sucessão de ciclos econômicos. Arrighi (apud SANTOS, 2000) ordenou a história do capitalismo como uma sucessão de quatro ciclos longos de acumulação, baseados em quatro centros hegemônicos:

1º) O ciclo genovês (que se articula com as conquistas ibéricas), que se inicia no fim do século XIV e início do século XV, quando se forma a base da acumulação financeira de Gênova, como cidade-estado e, posteriormente, como nação dos genoveses, localizada em vários centros financeiros europeus, o qual se prolonga até o fim do século XVI e começo do século XVII. Este ciclo tem nas monarquias ibéricas seu principal instrumento político e militar.

2º) O ciclo holandês, que se inicia exatamente no fim do século XVI e no início do século XVII até meados do século XVIII.

3º) O ciclo britânico, que se inicia na metade do século XVIII e se prolonga até a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

4º) O ciclo norte-americano, que se inicia durante a Primeira Guerra e se desenvolve durante a Segunda Guerra Mundial até nossos dias, quando há sinais de emergência de um novo ciclo que terá como centro o sudeste asiático, ou algum núcleo de poder supranacional. (SANTOS, 2000, p. 57).

Outra contribuição importante da teoria do sistema mundial é a negação da interpretação do mundo contemporâneo com base na bipolarização do pós-guerra. A teoria sustenta a ideia da existência de um só sistema econômico global nesse período, de caráter capitalista e sob hegemonia norte-americana; o bloco soviético não teria sido capaz de sair do contexto determinado pelo sistema mundial capitalista (SANTOS, 2000).

A formação e evolução do sistema mundial capitalista deve se orientar buscando resgatar as dinâmicas históricas específicas como parte de um esforço da humanidade para superar a forma exploradora e concentradora como o sistema evoluiu. É uma análise que procura compreender o sistema capitalista de maneira global, de modo que as nações estão interligadas pelo processo histórico, que também definiu a condição da nação na estrutura econômica.

A concepção evolucionista de desenvolvimento se lastreava na polarização entre moderno e arcaico, urbano e rural e progresso e atraso, todos esses, termos que transmitem a ideia de evolução. Esses conceitos (sobretudo a dicotomia atraso e progresso) foram bastante influenciados pelo positivismo de Comte.

Nas décadas de 40 e 50, desenvolve-se o pensamento da CEPAL, que rompia com o paradigma evolucionista, mas es-

tabelecia a industrialização como o elemento capaz de levar uma economia ao desenvolvimento capitalista. Porém, essa industrialização não seria alcançada através da “cartilha” centrista, mas sim pelo estabelecimento de estratégias condizentes com sua condição econômica. É o momento em que se consolida a concepção do subdesenvolvimento enquanto uma situação social, política e cultural, apresentando como características o enclave, a monocultura, a questão racial e o colonialismo interno (dualismo econômico), fatores que tornavam o subdesenvolvimento um círculo vicioso, sendo necessários meios para romper com esse processo (SANTOS, 2000).

O dualismo estrutural era compreendido como uma estrutura econômica latino-americana que integrava duas estruturas econômicas de caráter distintas, uma industrial e outra agrária, que se retroalimentavam. Esse processo se verificava, principalmente, no sentido de que o processo de industrialização necessitava das divisas geradas pelo setor agroexportador, de modo que, em alguns casos, o Estado estabeleceu uma política clara de transferência dessas divisas, expropriando dos exportadores para fomentar o crescimento da industrialização, política que ficou conhecida como “o confisco cambial”. Essa dependência do processo de industrialização ao setor agroexportador criou um bloqueio que impediu o contágio da expansão industrial para as áreas agrícolas.

A perspectiva da CEPAL não era de enfrentamento ou rompimento dessa estrutura dual, mas sim de uma proposta conciliatória, de modo que o Estado estabeleceria políticas que se utilizassem dessa estrutura para promover o processo de industrialização. Um desses mecanismos foi a inflação, que permitia uma política de preços relativos favorável ao setor industrial. O capital internacional também teria uma atuação importante no processo, servindo como elemento essencial de apoio ao desenvolvi-

mento industrial, de modo que traria uma maquinaria, uma tecnologia que o capital nacional não possuía.

Apesar de não ser a favor do rompimento com o setor agrário, a CEPAL entendia que a hegemonia agrária precisava ser superada, e o mecanismo de repasse de divisas serviria justamente para expandir a industrialização. Nessa perspectiva, o Estado teria um papel importante no comando desse processo. A defesa de uma estratégia de desenvolvimento industrial cepalino parte, principalmente, do rompimento com a ideia hegemônica (na época) que “pregava” que a especialização das economias nas atividades econômicas que eram mais eficientes traria um ganho para todas as partes envolvidas. Essa concepção funcionava como instrumento ideológico mantenedor da estrutura essencialmente agrária nos países periféricos.

Para os teóricos da CEPAL, essa troca gera ganhos muito maiores para os países industrializados, visto que os bens de caráter industrial têm maior valor agregado e, com o aperfeiçoamento tecnológico, seus ganhos, em produtividade, são muito maiores. O aumento dos preços dos bens industriais seria então muito maior proporcionalmente ao crescimento dos preços dos bens agrícolas, transferindo assim excedentes econômicos da periferia para os países centrais, funcionando como mantenedor da estrutura econômica polarizada entre centro e periferia.

Com a manutenção de uma estrutura agrária que financiasse a industrialização, fomentava-se a formação de um setor agrícola cada vez menos isolado, portanto engajado com certo grau de modernização, destruindo qualquer concepção que relacionava o setor agrário a uma estrutura feudal.

Criou-se, assim, um grande complexo econômico, dominado inicialmente pelo capital comercial e manufatureiro, que deu início à implantação de um moderno sistema manufatureiro agrícola exportador. Os engenhos de açúcar não podem ser considerados apenas uma economia agrária tradicional ou feudal, mas uma economia moderna, voltada para a exportação e para a produção mercantil em alta escala. Ela vai evoluir para uma nova fase com a expansão do capital industrial na Europa e a reconversão dessa região para atender às novas demandas do processo de industrialização europeu. (SANTOS, 2000, p. 93).

O fortalecimento das barreiras tarifárias estabelecidas nas décadas de 30 e 40 criou condições favoráveis para as indústrias nascentes nos países subdesenvolvidos; dessa forma, o capital internacional mudou sua estratégia, investindo dentro desses mercados para beneficiar-se das vantagens. Nesse sentido, a supremacia econômica que era garantida através do comércio internacional agora é garantida através da expansão industrial externamente, implantando suas filiais nas economias periféricas (SANTOS, 2000).

Na década de 50, consolidou-se, nos EUA, a visão de que a implantação de um processo de desenvolvimento necessitava de uma elite militar e empresarial que estabelecesse um regime político forte, modernizador e esclarecido. O golpe de 64 foi o fundador dessa nova diretriz econômica e ideológica no Brasil,

[...] ele conseguiu conter a burguesia nacional mais importante do hemisfério ocidental, que tinha aspirações a ser um poder internacional ou pelo menos regional significativo, em razão da extensão de seu país e das riquezas naturais. Em substituição a esse projeto nacional, o regime militar criado em 1964 dava origem a uma modernização fundada na aliança e integração dessa burguesia ao capital multinacional, consagrando um tipo de

desenvolvimento industrial dependente, subordinado às modalidades de expansão e de organização do capitalismo internacional, que submetia os centros de acumulação locais à lógica de expansão do centro hegemônico mundial. (SANTOS, 2000, p. 95).

A exaustão desse modelo começou por volta do final da década de 70, quando outra diretriz passou a prevalecer, o liberalismo econômico. Foi uma ofensiva ideológica contra as ditaduras antes apoiadas pelas mesmas economias. Nessa perspectiva, durante a década de 80, surge uma vertente da teoria da dependência que defendia uma espécie de adequação ou acomodação das periferias frente à conjuntura econômica dominada pelas economias centrais, corrente “liderada” por Fernando Henrique Cardoso. Para os teóricos dessa nova diretriz, um processo de democratização dentro do capitalismo dependente era viável; eles abandonavam qualquer perspectiva de enfrentamento em relação a essa condição e limitavam seus objetivos a acabar com as ditaduras.

Para Fernando Henrique (1969 apud SANTOS, 2000), nas economias subdesenvolvidas, pode ou não haver taxas maiores de desemprego e subemprego, porque há momentos cíclicos de crescimento e descenso nessas economias. A perspectiva do sociólogo é a de amenizar os efeitos destruturadores das contradições criadas pela dependência através da absorção de mão de obra nas fases de expansão. Para ele, também, as contradições capitalistas não são maiores nos países dependentes.

Theotônio dos Santos (2000) era contra esse posicionamento, pois, sob seu ponto de vista, a acumulação e o avanço democrático na região desestabilizariam o capitalismo dependente, aumentando a contradição entre esse movimento democrático e a sobrevivência dessa condição de dependência. Ou seja, o avanço em direção à dependência, à exploração, ao atraso e à exclusão

inviabilizaria a manutenção dessa democracia (SANTOS, 2000). O teórico também ia de encontro a Fernando Henrique ao defender que, ainda que haja ciclos de crescimento e decrescimento tanto no centro quanto na periferia, os efeitos desses ciclos tendem a serem mais danosos para os países periféricos.

A corrente da teoria da dependência da qual Theotônio faz parte procurou demonstrar que a industrialização não trazia as consequências esperadas pela interpretação desenvolvimentista e nacional-democrática, pois não trazia a autonomia de decisão, já que a industrialização era comandada pelo investimento externo, através da empresa multinacional. Como se tratava de uma época de hegemonia do capitalismo oligopólico e financeiro, esse processo não produziria uma boa distribuição de renda, mas sim uma má distribuição, também causada pelo requerimento maior de mão de obra especializada. O avanço da tecnologia na produção também geraria desemprego ao não conseguir absorver toda mão de obra saída do campo, muito por conta também da modernização das atividades agrícolas.

Para Santos (2000), não há como entender a estrutura econômica atual sem analisar o processo histórico que a condicionou a isso; é impossível compreender as economias centrais sem vinculá-las ao processo de colonização e imperialismo. Nesse sentido, o método com que o autor trabalha é o histórico-estrutural.

A complexidade da temática nos obrigou a romper com os enfoques estáticos e a-históricos, com maior ou menor profundidade. Chegou-se a criar um consenso sobre a necessidade de uma metodologia histórico-estrutural que se opusesse à dicotomia entre o devenir histórico e sua apreensão como sistema. Com maior ou menor êxito, desenvolveu-se na região

uma prática científica voltada para a análise concreta dos processos sociais como continuidade histórica e como estruturas dialeticamente interatuantes. (SANTOS, 2000, p. 129).

Para o teórico, a dependência econômica é algo que precisa ser rompido, e não acomodado, e, para isso, outros caminhos teriam de serem buscados, como investimento em tecnologia de ponta e educação (a exemplo dos sul-coreanos) e também reformas estruturais, como a reforma agrária. Apenas dessa forma seria possível romper com a condição do país nessa estrutura, para sair da posição negativa na transferência de excedentes econômicos para as economias centrais.

4 CONCLUSÃO

Os teóricos Rostow e Theotônio dos Santos, discutidos nesta investigação, divergem, fundamentalmente, em suas concepções. O primeiro entende o desenvolvimento capitalista como um processo evolucionista, pelo qual todas as nações teriam de passar, inclusive pelas mesmas etapas, para alcançá-lo. Essas poderiam ser atingidas de diferentes formas, mas o autor estabelece pré-condições para as mesmas se estabelecerem, ou seja, determina quais elementos devem estar presentes na economia para ultrapassar cada uma delas.

A principal limitação dessa teoria é a ausência do conflito na análise. Para Rostow (1978), o processo de desenvolvimento capitalista é harmônico em determinado aspecto, de modo que as estratégias de uma economia não interferem negativamente no processo de desenvolvimento de outra. Para os autores da teoria da dependência, o conflito tem um caráter essencial, e as políticas econômicas externas adotadas pelos países que largaram na frente no processo são exercidas como meio de conservação de seu

poderio econômico, em detrimento do desenvolvimento das economias periféricas.

A ausência de análise estrutural pode ser considerada outra limitação importante do pensamento de Rostow, pois não há um exame em relação ao modo e à posição que cada economia está engajada na conjuntura econômica mundial. Para Santos (2000), as economias periféricas estão configuradas de forma que as contradições da periferia permanecerão sendo reproduzidas enquanto estiverem nessa condição, pois a existência de subdesenvolvimento é necessária para a manutenção da hegemonia econômica do centro. Essa dominação é exercida de várias maneiras, principalmente através da transferência de excedentes gerada pelos termos de troca desiguais e pela implantação de filiais de multinacionais na periferia.

Rostow (1960) no seu célebre ‘manifesto não comunista’ retoma e vulgariza a visão neoclássica do desenvolvimento como um processo natural, progressivo e linear de transição por etapas das sociedades atrasadas ou tradicionais em direção a uma modernidade eurocêntrica. Uma fórmula universalmente válida e capaz de orientar a ação de todos os planejadores estatais competentes. (FIORI apud BONENTE, 2007, p. 5).

Na mesma perspectiva, outro teórico que fez severas críticas às ideias de Rostow foi Furtado (1967 apud BRANDÃO, 2011). O economista brasileiro aponta a falta de apreensão da estrutura como a principal limitação teórica do economista americano, pondo em evidência, através do método histórico-estrutural, a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Sem o conhecimento da estrutura agrária, não seria possível o entendimento da rigidez da oferta de alimentos em determinadas economias, do mesmo modo que, sem a compreensão do dualismo estrutural, não é pos-

sível explicar a tendência à concentração de renda nessas regiões. O economista entende estrutura como proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no espaço e no tempo.

Nessa perspectiva, estudar desenvolvimento seria analisar a modificação das matrizes estruturais desses modelos que acompanham a intensificação da divisão social do trabalho. O crescimento da produtividade do trabalho no plano macroeconômico e a diversificação da demanda no plano social são a questão central da teoria do desenvolvimento.

Seguindo a cartilha ideológica (diretrizes) do centro, a periferia jamais chegará ao desenvolvimento capitalista segundo a análise histórico-estrutural da teoria da dependência de Theotônio dos Santos. Essa nação teria de buscar uma forma de desenvolvimento autônomo, e, para isso, rompimentos precisariam ser realizados, e reformas políticas seriam essenciais para sair do círculo vicioso que reproduz as contradições. Nesse sentido, as etapas estabelecidas por Rostow não dão suporte para se projetar o processo de desenvolvimento de uma economia periférica, já que esta precisaria promover seu próprio desenvolvimento através de outros instrumentos e caminhos. As características do pleno desenvolvimento capitalista, para Rostow, também são apresentadas a partir das experiências do centro, o estado de Bem-Estar verificado nas economias europeias. Tais elementos não podem ser transferidos ou projetados para caracterizar o que seria o pleno desenvolvimento capitalista de uma economia que rompeu com sua condição de periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONENTE, B. A. I. M.; FILHO, N. A. Economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: 2007.

BRANDÃO, C. **A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper36.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Okpedia**. Disponível em <<http://www.okpedia.it/walt-whitman-rostow>>. Acesso em 5 ago. 2011.

SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, T. dos. **Eumed.net**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/economistas/Santos.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2011.